

## Carta Aberta à FENPROF

da Associação de Professores das Escolas Particulares e Cooperativas com Contrato de Associação (APEPCCA)

Ao presidente do Conselho Nacional da FENPROF

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) compromete-se estatutariamente, logo no artigo 5º, a “Defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos, interesses e aspirações dos professores”. Ainda neste artigo se afirma que a federação também tem como objetivo o de “Empreender as iniciativas e as ações reivindicativas adequadas, tendentes à melhoria das condições de vida e de trabalho e da situação social e profissional dos professores”.

Nos estatutos dos diferentes sindicatos que formam esta federação, declara-se o direito de filiação a todos os trabalhadores que desempenhem funções docentes remuneradas por parte de uma entidade patronal ou de trabalhadores que desempenhem funções docentes remuneradas em cooperativas de educação e ensino sem fins lucrativos. Contam assim, entre os seus associados, com professores que trabalham em escolas privadas que prestam serviço particular pago pelos alunos, e com professores que trabalham em escolas privadas e cooperativas que prestam serviço público (universal e gratuito) com Contrato de Associação com o Estado, sendo por ele financiadas.

Sendo assim, a FENPROF compromete-se a lutar pela defesa dos direitos, interesses e aspirações de todos os professores, independentemente do tipo de instituição de ensino em que exercem a sua actividade profissional remunerada - se propriedade do Estado e sob sua gestão, se propriedade privada ou cooperativa e sob sua gestão.

Nos estatutos desta Federação também não se discriminam os trabalhadores segundo a relação contratual que a escola empregadora estabelece com o Estado português. Contrato de associação, de patrocínio, simples ou qualquer outro tipo de contrato estabelecido com o Estado não colocam em causa a razão de ser desta Federação de sindicatos ou a intensidade da sua luta pela salvaguarda daquele que é 1º de todos os direitos dos trabalhadores: o direito ao trabalho.

Estes são compromissos que a FENPROF assume junto dos seus associados, dos trabalhadores / professores em geral, do Governo da Nação, do Estado, dos Portugueses, independentemente das suas ideias políticas, religiosas ou filosóficas ou tipo de vinculação sindical.

Ainda nos seus estatutos, no mesmo artigo 5º (alínea e), é afirmado que esta federação de sindicatos deve “Pugnar pela eficácia e qualidade do sistema educativo, tendo como

pilar da igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso educativos uma escola pública de qualidade para todos”.

Acerca dos entendimentos possíveis para o conceito “escola pública”, poderemos encontrar duas posições base:

Hipótese a) “Escola pública” refere-se a todas as escolas que prestam um serviço de ensino universal (para todos, sem discriminação de alunos) e gratuito (os alunos não pagam porque a frequência dos alunos é financiado pelo erário público), independentemente de se tratarem de escolas propriedade do Estado ou de escolas propriedade de instituições particulares ou cooperativas.

Nesta hipótese, a rede escolar que asseguraria o direito constitucional de todos os portugueses terem acesso gratuito ao ensino obrigatório (artigo 75º da CRP), poderia ser constituída por vários tipos de escolas e vários tipos de projetos educativos ou modelos de formação para os seus alunos (artigo 43º da CRP).

Todas elas, propriedade do Estado ou não, funcionariam de forma articulada, cumprindo regras comuns determinadas pelo Estado, todas fiscalizadas pelo mesmo Estado e todas financiadas do mesmo modo também pelo Estado, garantindo assim o acesso gratuito do ensino obrigatório a todos os alunos e, simultaneamente, a diversidade de projetos educativos.

Hipótese b) O conceito “escola pública” refere-se apenas às escolas que prestam serviço de ensino universal e gratuito e que são propriedade do Estado. Sendo destinadas, idealmente, a cobrir as necessidades educativas de toda a população escolar, ficam, a prazo, excluídas da prestação deste serviço, universal e gratuito, todas as restantes escolas, mesmo aquelas que para tal tenham sido fundadas e /ou pensadas e depois contratadas pelo Estado para o efeito.

Nesta hipótese, a rede escolar que iria assegurar o direito constitucional de todos os portugueses terem acesso gratuito ao ensino obrigatório, seria constituída exclusivamente por escolas do Estado, que teria assim o monopólio das escolas de frequência gratuita. As escolas particulares e cooperativas só estariam na rede a prestar este serviço público nos locais onde o Estado não tivesse ainda construído uma escola estatal.

A FENPROF opta claramente pela hipótese b), entendendo, por razões ideológicas (que outras poderão existir?) o artigo 75º da Constituição, deduzindo que o Estado deve ter o monopólio do serviço de ensino universal e gratuito em Portugal.

Por isso, defende e promove políticas e um governo que reserva para as famílias que pertencem às elites económicas e políticas do nosso país o direito a um ensino autónomo e diferenciado.

Por isso, defende e promove políticas e um governo que toma medidas que vão matar, por asfixia financeira, as poucas escolas que oferecem projetos educativos diferenciados a quem não pertence às elites económicas e políticas.

Aos desempregados, aos que recebem o salário mínimo ou um salário que não chega ao fim do mês, aos remediados, aos excluídos da nossa sociedade, e mesmo àqueles que não têm dificuldades económicas, se tiverem a pouca sorte de morarem fora da zona geográfica que o poder central desenhar a régua e esquadro na secretária de um gabinete ministerial em Lisboa, ou se calhar haver espaço físico disponível numa escola estatal, a todos eles ficará vedado, já ou a prazo, o acesso a projectos educativos diferenciados, garantidos pelas 79 escolas com Contrato de Associação que existem em Portugal e que lhes prestam um serviço de ensino universal, gratuito e de qualidade,

Não tendo outra alternativa, terão de matricular os seus filhos na escola de Estado que um qualquer Secretário de Estado decidir que vai ser a escola dos filhos dos outros, a partir de um gabinete em Lisboa. Secretário que, eventualmente, terá os seus filhos a frequentar uma escola paga com um ordenado que lhe é pago com os impostos dos portugueses.

Como professores que trabalham com dignidade e empenho em escolas que garantem um serviço público de qualidade, perguntamos:

- Compete a um sindicato ou a uma federação de sindicatos defender um único entendimento de escola pública, fazendo opção clara por uma ideologia estatizante, que preconiza e deseja a construção de um Estado centralizador e controlador da vida dos seus cidadãos, também no que diz respeito à educação?

- Pode a FENPROF fazer a defesa dos trabalhadores de um setor do ensino, o estatal, defendendo e encorajando, de forma premeditada e sistemática, políticas que conduzirão à destruição de milhares de postos de trabalho de outro setor de ensino, o particular e cooperativo com contrato de associação?

Não percebemos e repudiamos absolutamente que esta política de destruição maciça de postos de trabalho de professores que desenvolvem com honra, dignidade e esforço a sua profissão em escolas com contrato de associação tenha o apoio e o contributo máximo de uma federação de sindicatos de professores.

Esta federação promove petições, manifestações, conferências de imprensa, publica artigos, produz documentação em Congressos, defende projetos de resolução, despachos e iniciativas legislativas, enfim, tudo faz para influenciar a opinião pública e para pressionar o Governo e o Parlamento para que sejam adoptadas medidas que irão inviabilizar a existência de todo um setor empregador do nosso país, arrastando para o desemprego milhares de trabalhadores, colocando em risco a subsistência das suas famílias.

Ao optar pela defesa do posto de trabalho de apenas um tipo de trabalhador, o que está sob a tutela da administração pública, ao optar por uma estratégia de luta que implica o apoio de políticas e de medidas que causarão a destruição de instituições que de uma maneira ou de outra garantem o trabalho a milhares de trabalhadores (docentes e não docentes), a FENPROF contradiz e subverte o espírito sindicalista e trai os seus associados, os trabalhadores, os seus estatutos e os estatutos dos sindicatos que reúne.

Fá-lo de forma farisaica, agarrando-se a uma determinada interpretação da Lei fundamental do país, a Constituição, interpretando, de forma tendenciosa, apenas os artigos que lhe interessam, omitindo outros de forma deliberada, escamoteando de seguida legislação produzida por quem foi legitimamente eleito.

Pior, invocando razões meramente economicistas e reclamando poupanças para os cofres do Estado, apoia e encoraja políticas governamentais que geram instabilidade e causarão o desemprego a milhares de trabalhadores docentes e não docentes, colando-se assim ao Governo e ao seu Ministério das Finanças. Não podemos deixar de repudiar esta atitude de duas caras e de duas medidas, conhecendo o amplo repertório reivindicativo desta Federação que exige, sem pestanejar, medidas que implicam aumentos significativos das despesas do Estado.

Os trabalhadores das Escolas com Contrato de Associação e o seu posto de trabalho ficam assim sem qualquer proteção, cercados, de um lado, por quem tem o dever de criar postos de trabalho e, por outro, por quem tem o dever de os defender: de um lado, um governo centralista e controlador, que despacha medidas que condenam à morte todo um sector do ensino em Portugal, de outro lado uma federação sindical que opta pela defesa discriminatória de apenas um tipo de professor, o da escola estatal. A uni-los, a defesa de um Estado que quer tornar-se patrão de tudo o que é serviço público.

Lamentamos e repudiamos a atitude de uma federação de sindicatos que queima no altar de uma ideologia estatizante de má memória e pior prática, o direito ao trabalho de milhares de trabalhadores portugueses.

Basta de cinismo e de hipocrisia. Com que coerência pode a FENPROF apresentar propostas de melhoramento do contracto coletivo de trabalho a trabalhadores que vão perder o seu trabalho com a cumplicidade desta federação?

A FENPROF tornou-se cúmplice e defensora de um governo que quer condenar à morte as escolas onde trabalhamos e terá de assumir a sua responsabilidade pelo que está a acontecer.

A FENPROF perde legitimidade como defensora dos trabalhadores portugueses porque defende e apoia o despedimento de trabalhadores portugueses.

Braga, 20 de Maio 2016

A Direção da Associação de Professores das Escolas Particulares e Cooperativas com Contrato de Associação (APEPCCA)